



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Versão Beta – Julho 2022

**O maior terminal
de etanol do Brasil**



TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS PAULÍNIA S/A, empresa inscrita no CNPJ sob o nº. 28.978.543/0001-05, com endereço na Avenida Paris, 4077, Cascata, Paulínia, São Paulo, CEP 13146-061, também referenciados a seguir como “**Opla**” ou “**Nós**”, de forma absolutamente transparente, pela presente.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Aplicável em conjunto e de forma indissociável com o(s) Contratos (de natureza Empresarial e/ou Trabalhista), Termos de Uso e outros Instrumentos e Acordos vigentes, evidencia como utiliza e protege os Dados Pessoais utilizados no desempenho de sua atividade econômica, descrevendo práticas operacionais, técnicas e administrativas, legais e de segurança da informação.

DEFINIÇÕES BÁSICAS

Antes de iniciar a abordagem específica, a seguir, apresentamos DEFINIÇÕES BÁSICAS¹ aos principais conceitos (*legais e operacionais*) necessárias para a compreensão da nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais:

- **AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD):** Autarquia federal de natureza especial (MP 1124/22)² responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18)³ em todo o território nacional;
- **AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:** O Controlador e o Operador;
- **BACKUP:** Cópia de segurança que se faz regularmente para assegurar que um arquivo ou um conjunto de dados não se perca em caso de algum incidente de segurança da informação;
- **BANCO DE DADOS:** Conjunto estruturado de Dados Pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- **BASE LEGAL:** É a hipótese prevista na LGPD que autoriza o Tratamento de Dados Pessoais;

¹ Ao longo de nossa Política, atentos à transparência, sempre que encontrar uma palavra com a primeira letra maiúscula, o significado poderá ser consultado no Item “Definições Básicas”;

² Disponível para consulta em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1124.htm;

³ Disponível para consulta em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm;

- **COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS:** É comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais;
- **COOKIES:** Cookies são arquivos de dados que podem ser adicionados em um dispositivo conectado à rede mundial de computadores, Nós os utilizamos para melhorar a experiência do (a) Usuário (a) e aprimorar o desempenho de nossa página eletrônica e aplicações;
- **CONSENTIMENTO:** É a hipótese prevista na Lei 13.709/18 que autoriza a utilização de Dados Pessoais sempre que houver manifestação livre, prévia, informada e inequívoca por um Titular concordando com o Tratamento de seus Dados Pessoais para uma finalidade determinada;
- **CONSULENTE:** Pessoa jurídica que acesse informações em bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito para qualquer finalidade permitida pela Lei 12.414/2011;
- **CONTROLADOR:** É toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais;
- **CONTROLADORIA CONJUNTA:** É a determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais Agentes Controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do Tratamento de Dados Pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD⁴;
- **CONTROLADORIA SINGULAR:** Quando as decisões referentes ao mesmo Tratamento competem também a outro(s) Controlador(es), de forma independente, ou seja, sem finalidades comuns, convergentes ou complementares⁵;
- **CRIOGRAFIA:** Mecanismo de proteção da informação mediante sua transformação em um texto cifrado (criptografado), de maneira que somente os possuidores da chave de decifragem podem tornar o texto inteligível novamente;
- **CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL E/OU REGULATÓRIA:** É hipótese prevista na Lei 13.709/18 que autoriza o Tratamento de Dados Pessoais sempre que houver uma obrigação em lei ou regulamento que exija o Tratamento de Dados Pessoais;
- **DADO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE:** Informação que em conjunto ou isoladamente, se relacione e/ou permita a identificação de criança de até 12 anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos (Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e Adolescente);
- **DADO PESSOAL:** Informação referente a uma pessoa natural identificada ou identificável;

⁴ Conforme manifestação orientativa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Disponível em [Segunda Versão do Guia de Agentes de Tratamento retificada.pdf \(www.gov.br\)](#)

⁵ Também aplicável a Nota número 4;

- **DADO PESSOAL BIOMÉTRICO:** Informação relativa as características físicas ou comportamentais de uma pessoa natural de forma a identificá-la de forma única (é classificado como “sensível” na forma da Lei 13.709/18). Dados Pessoais Biométricos incluem, mas não se limitam a impressão digital; reconhecimento facial, de íris, de voz e de retina;
- **DADO PESSOAL SENSÍVEL:** Exclusivamente os contidos no inciso II do artigo 5º da LGPD, ou seja, dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **DADO PESSOAL (DADO PESSOAL SIMPLES):** Por exclusão, qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável que não seja expressamente classificada como sensível na forma do inciso II do artigo 5º da LGPD;
- **ENCARREGADO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO – DATA PROTECTION OFFICER):** Pessoa natural ou jurídica indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o Agente, os Titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- **ESCORE DE CRÉDITO:** Nota ou pontuação de crédito elaborada com base nas informações de adimplemento armazenadas pelos Gestores de Bancos de Dados (Birôs ou *Bureaux* de Crédito);
- **EXECUÇÃO DE CONTRATO OU DE PROCEDIMENTOS PRELIMINARES RELACIONADOS AO CONTRATO:** É a hipótese (Base legal) prevista na LGPD em que se considera legítima a utilização de dados pessoais, quando a utilização for necessária para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o Titular;
- **EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITOS EM PROCESSO JUDICIAL, ADMINISTRATIVO OU ARBITRAL:** É a Base Legal que esclarece que a proteção aos Dados Pessoais não compromete o direito que as partes têm de produzir provas umas contra as outras;
- **GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES:** Conjunto de processos que permite identificar e implementar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos os seus ativos de informação, e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos;
- **HISTÓRICO DE CRÉDITO:** Conjunto de dados financeiros e de pagamentos, relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento por pessoa natural ou jurídica;
- **INCIDENTE DE SEGURANÇA:** Qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança de sistemas de informação, levando à perda de um ou mais princípios básicos de Segurança da Informação: confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade;
- **LEGÍTIMO INTERESSE:** É Base Legal que autoriza o Tratamento de Dados Pessoais quando necessário para atender aos interesses legítimos do Controlador ou de terceiros, desde que os dados não sejam Sensíveis e que tal prática não represente ameaça ou lesão aos direitos e liberdades fundamentais do Titular;
- **LGPD:** É a Lei brasileira que regula as atividades de Tratamento de Dados Pessoais (Lei 13.709/18) e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14);

- **OPERADOR:** É toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por realizar o tratamento de Dados Pessoais em nome⁶ do Controlador;
- **TITULAR:** Pessoa Natural/Física identificada ou identificável a quem são referidos os Dados Pessoais;
- **TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:** É transferência de Dados Pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;
- **TRATAMENTO:** É a prática de qualquer atividade envolvendo Dados Pessoais;

1 - A OPLA COMO AGENTE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1.1 - Em relação ao Tratamento de Dados Pessoais necessário ao desempenho de nossa atividade econômica, **exercemos, predominantemente, atividades típicas de Agente de Tratamento Controlador**, nos relacionando com outros Agentes de Tratamento.

2 - SOBRE O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

2.1 - Não comercializamos Dados Pessoais e só os compartilhamos para propósitos legítimos, específicos, que não representem lesão ou ameaça aos direitos e liberdades fundamentais dos Titulares, desde que: (i) permitido/determinado por lei e/ou regulamento; (ii) necessário para atender a Legítimo Interesse como Agente Controlador, sempre observados os requisitos legais; (iii) necessário ao Cumprimento de Obrigação Legal; (iv) mediante consentimento prévio e expresso do Titular; (v) determinado judicialmente (ou por Autoridade competente); ou ainda (vi) para o Exercício Regular de Direitos em Processo Judicial, Administrativo ou Arbitral.

3 – DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

3.1 - No Relacionamento com Clientes, Fornecedores, Representantes Legais e seus Prepostos:

3.1.1 - Para a finalidade específica relacionada a execução de contratos e/ou de procedimentos preliminares, tratamos Dados Pessoais como nome, números de telefone fixo e/ou móvel e endereços de e-mail de prepostos da pessoa jurídica, pessoas estas que não se confundem com sócios/acionistas, outros garantidores, administradores e/ou representantes legais;

⁶ A ANPD já esclareceu que Colaboradores/Funcionários em subordinação laboral/trabalhista às decisões de um Agente Controlador, não se confundem com Operadores, atuam em representação do Controlador.

3.1.2 - Para a finalidade específica de (i) realização de análise de risco de crédito; (ii) subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro à Opla; e (iii) consequente a operacionalização dos serviços contratados, ou seja, atividades relacionadas a execução de contratos e/ou de procedimentos preliminares, limitada ao mínimo necessário, atenta às vedações legais aplicáveis, tratamos, *dentre outros que atendam aos princípios da finalidade, adequação e necessidade* em absoluta conformidade legal e sem que haja a necessidade de manifestação prévia de consentimento (de forma legitimada pelo Inciso V do Artigo 7º da Lei 13709/2018) em relação aos sócios/acionistas, outros garantidores, administradores e/ou representantes legais e seus cônjuges (a depender do regime de casamento), Dados Pessoais Simples como: nome, número do Cadastro da Pessoa Física (CPF), número da Cédula de identidade (RG), estado civil, endereços físicos e eletrônicos, telefones, dados transacionais e patrimoniais publicizados em *Bureaux* de Crédito;

3.1.3 - Para fim de suporte, atendimento e solução de reclamações, a Opla trata Dados Pessoais Simples dos prepostos e/ou representantes legais da Pessoa Jurídica.

3.1.4 – Em acréscimo ao informado nos itens 4.1.1 e 4.1.2 e 4.13, sem prejuízo de esclarecimentos específicos a serem prestados sempre que solicitado pelo Titular, em atendimento aos princípios estabelecidos na Lei 13.709/18, especialmente, o da transparência, quanto ao relacionamento com a pessoa jurídica, em relação às pessoas naturais que a integram na qualidade de prepostos e/ou representantes legais e outros garantidores, de forma não exaustiva, informamos:

HIPÓTESE DE TRATAMENTO	BASE DE LEGITIMAÇÃO DA ATIVIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (SIMPLES) PREVISTA NA LEI 13.708/19, A LGPD
Para formalização de contato via página eletrônica	Inciso I, do Artigo 7º
Para a execução ou procedimentos antecedentes ao contrato	Inciso V, do Artigo 7º
Para o Cumprimento de Obrigação Legal e/ou Regulatória	Inciso II, do Artigo 7º
Para o Exercício de Direitos em Processo Judicial, Administrativo ou Arbitral	Inciso VI, do Artigo 7º
Para atender ao nosso Interesse Legítimo, observados os limites e requisitos legais	Inciso IX, do Artigo 7º

3.2- No Relacionamento com Colaboradores:

3.2.1 - Quando efetivamente firmada relação de trabalho entre Nós e um (a) Titular, considerando a necessidade de execução do contrato de trabalho e o cumprimento das obrigações legais e regulatórias dele decorrentes, de forma adequada e limitada ao mínimo necessário, de forma não exaustiva, informamos:

EM RELAÇÃO AO TITULAR	TRATAMOS OS SEGUINTE DADOS PESSOAIS	PARA ATINGIR AS SEGUINTE FINALIDADES LEGÍTIMAS	EM CONFORMIDADE COM AS SEGUINTE BASES DE LEGITIMAÇÃO DA ATIVIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PREVISTA NA LEI 13.708/19, A LGPD
Colaborador (a)	Dado Pessoal Simples: Nome, Estado Civil; N ^{os} CTPS, RG, CPF, NIT/PIS, Telefone Celular e Residencial; Endereço; E-mail; Certificado de Reservista; Dados Bancários; Certificados de Escolaridade; Qualificação e Experiência Profissional;	Admissão, Cumprimento e Execução do Contrato de Trabalho	Inciso V, do Artigo 7 ^o
Colaborador (a) PcD	Dado Pessoal Sensível: Dados de Saúde (PcD)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7 ^o da Lei 13.709/2018 em conformidade com Decreto 3298/99 e o Artigo 93 da Lei 8213/91
Colaborador (a) Regular e PcD	Dado Pessoal Sensível: Atestado de Saúde Ocupacional (Admissional e Demissional)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7 ^o
Colaborador (a)	Dado Pessoal Sensível: Dados de Saúde (Afastamento por motivo de saúde)	Cumprimento e Execução do Contrato de Trabalho	Alínea " d", II, do Artigo 11 ^o
Colaborador (a)	Dados Pessoais Sensíveis: Identificação Biométrica	Controle de Jornada	Alínea " d", II, do Artigo 11 ^o

Colaborador (a)	Dados Pessoais Simples: Nome, sobrenome e foto	Emissão do Crachá de Acesso ao Posto de Trabalho em cumprimento e execução ao Contrato de Trabalho	Inciso V, do Artigo 7º
Colaborador (a)	Dados Pessoais Simples: usuários de acesso aos sistemas e aplicações da Empregadora	Viabilizar o Desempenho das atividades laborais mediante acesso aos sistemas em cumprimento e execução ao Contrato de Trabalho	Inciso V, do Artigo 7º
Dependentes do Colaborador (a)	Dados Pessoais Simples (de Terceiros): Genitores; Cônjuge ou Companheiro (a)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7º
Dependentes do Colaborador (a)	Dados de Criança e/ ou Adolescente: Dependentes (Prole, Tutelados)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7º

4.2.2 – Esclarecemos que, em observância ao disposto no Artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre de forma limitada ao mínimo necessário, atenta à finalidade, adequação e demais Princípios Gerais estabelecidos no Artigo 6º da Lei 13.709/2018, de forma a cumprir as obrigações legais decorrentes dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, instrumentos de caráter normativo, a Opla compartilha Dados Pessoais de seus Colaboradores, e eventualmente, de seus dependentes legais com operadoras de planos de saúde, seguradoras e outras entidades, atividade de Tratamento que NÃO DEPENDE da manifestação de vontade do Titular (consentimento prévio), em absoluta conformidade com o Inciso II, do Artigo 7º, Alínea " d", II, do Artigo 11º e caput Artigo 14 (em atenção ao melhor interesse da criança e do adolescente) da Lei 13.709/2018.

4.1 No Relacionamento com os Candidatos aos nossos Postos de Trabalho

4.3.1 - Seja em meio digital ou físico, de forma adequada e limitada ao mínimo necessário, Nós tratamos os Dados Pessoais dos (as) Candidatos (as) aos nossos postos de trabalho conforme quadro resumo a seguir:

EM RELAÇÃO AO TITULAR	TRATAMOS OS SEGUINTE DADOS PESSOAIS	PARA ATINGIR AS SEGUINTE FINALIDADES LEGÍTIMAS	EM CONFORMIDADE COM AS SEGUINTE BASES LEGAIS
que nos envia - por meio físico ou digital – currículo para participar dos processos seletivos de Candidatura Regular	Dados Pessoais Simples diretamente associados ao Titular	Viabilizar a participação em nossos processos de recrutamento e seleção; nos comunicar com o candidato para todos os fins relacionados aos processos de recrutamento e seleção; manter os dados em nosso banco de talentos pelo período de 02 (dois) anos, ou até que revogue o consentimento;	Consentimento na forma do Inciso I, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018, a LGPD
que nos envia - por meio físico ou digital – currículo para participar dos processos seletivos de Candidatura PcD	Dados Pessoais Simples e Sensíveis diretamente associados ao Titular;	Viabilizar a participação do candidato em nossos processos de recrutamento e seleção, integradores e inclusivos “PcD” em conformidade com o Decreto 3298/99 e o Artigo 93 da Lei 8213/91; nos comunicar com o candidato para todos os fins relacionados aos processos de recrutamento e seleção; manter os dados em nosso banco de talentos pelo período de 02 (dois) anos, ou até que revogue o consentimento;	Quanto aos dados pessoais simples, consentimento na forma do Inciso I, do Artigo 7º, quanto aos dados pessoais sensíveis, relacionados à deficiência, consentimento específico e destacado na forma do Inciso I, do Artigo 11º da Lei 13.709/2018 em conformidade com Decreto 3298/99 e o Artigo 93 da Lei 8213/91;

4.3.1 - A candidatura de um Titular e o Tratamento de seus Dados Pessoais – simples ou sensíveis, quando necessário - não gera qualquer expectativa de direito e/ou vínculo empregatício com o Terminal de Combustíveis Paulínia S/A.

5 - DO PRAZO DE RETENÇÃO / GUARDA / ARQUIVAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

5.1 - Ressalvadas as hipóteses de retenção/guarda/arquivamento/divulgação para o Cumprimento de Obrigação Legal e/ou Regulatória ou para o Exercício de Direitos em Processos Administrativos, Judiciais ou Arbitrais, os Dados Pessoais tratados pela Opla permanecerão sob nossa custódia até que a/o:

5.1.1 – Finalidade seja esgotada, o período de tratamento tenha fim, ou os dados deixem de ser necessários ou adequados ao alcance da finalidade específica informada ao Titular;

5.1.2 - Consentimento respectivo seja revogado; e/ou

5.1.3 - Haja determinação judicial ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados em sentido contrário.

5.2 - Nos casos acima, os Dados Pessoais serão excluídos/eliminados mediante o uso de métodos de descarte seguro.

5.3 – O Tratamento de Dados Pessoais será realizado no Brasil.

6 - DOS COOKIES E TECNOLOGIAS SIMILARES DE MONITORAMENTO

6.1 - Cookies são arquivos de dados que podem ser adicionados em um dispositivo conectado à rede mundial de computadores. Nós os utilizamos para melhorar a experiência do Usuário e aprimorar o desempenho de nossa página eletrônica. Por funcionalidade, os nossos Cookies podem ser:

6.1.1 Essenciais ou Necessários: os que viabilizam o correto funcionamento dos serviços e recursos da página eletrônica e/ou aplicação;

6.1.2 Funcionais: os responsáveis por memorizar as preferências de um (a) visitante de nossa página eletrônica;

6.1.3 Performance: os responsáveis por medir e informar ao desenvolvedor as estatísticas de funcionamento da página eletrônica; e/ou

6.1.4 Analíticos: os que permitem analisar padrões de comportamento do visitante, o que possibilita a melhora da experiência.

7 - COMO PROTEGEMOS OS DADOS PESSOAIS

7.1 - No cumprimento de nossas obrigações legais, regulatórias e contratuais, implementamos proteções físicas, administrativas e organizacionais, além de técnicas de segurança da informação consolidadas nas boas práticas internacionais, referenciadas em normas e diretrizes técnicas, tudo com o objetivo de preservar a privacidade e a proteção dos Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

7.2 - Apesar dos nossos esforços, fatores alheios ao nosso controle podem comprometer a segurança dos Dados Pessoais. Ao suspeitar de qualquer comprometimento dessa natureza, o Titular deverá entrar imediatamente em contato com o nosso Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos da Cláusula 10 a seguir.

7.3. A Opla se reserva o direito de excluir qualquer usuário de sua página eletrônica, caso a presente Política não seja respeitada. Como prezamos pelo bom relacionamento, reconhecemos que a parte excluída tem o direito de buscar entender os motivos e até contestá-los, o que pode ser feito, nos termos da Cláusula 10 a seguir.

7.4. No caso de qualquer incidente de segurança, a Opla irá notificar o Titular imediatamente após o conhecimento do fato ocorrido, informando os Dados Pessoais diretamente afetados, bem como quaisquer informações adicionais solicitadas pelo Titular envolvendo os incidentes de segurança, e de acordo com a lei aplicável.

8 - DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

8.1 - Sempre que solicitar a base legal que justificou a atividade de Tratamento e eventuais disposições legais, regulatórias, técnicas e contratuais, o Titular terá direito⁷ a/o/as/os:

8.1.1 Acesso, confirmação de existência de Tratamento;

8.1.2 Correção de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;

8.1.3 Anonimização, exclusão, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;

8.1.4 Informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais realizamos o uso compartilhado de Dados Pessoais e para quais finalidades;

8.1.5 Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e as consequências da negativa e/ou da revogação;

8.1.6 Viabilização da revogação do consentimento;

8.1.7 Revisão das decisões automatizadas, respeitados os segredos comercial e industrial, o que inclui, mas não se limita as que se destinam à classificação e gestão de risco de crédito, de prevenção a fraudes ou de decorrentes de execução de contrato;

8.1.8 Transferência e portabilidade (*ainda sem regulamentação pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais*); dentre outros aspectos

8.2. A resposta ao pedido do Titular ocorrerá em 48 (quarenta e oito) horas, quando em formato simplificado, ou dentro de 15 (quinze) dias após sua solicitação.

⁷ Solicitações que sejam claramente infundadas, excessivas, fraudulentas ou que não sejam, de outro modo, previstas na Lei 13.709/18, somente serão atendidas após a avaliação da pertinência e da legalidade do ato.

9 - DA FORMAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

9.1 - Para demonstrar a efetividade de nossas ações de conformidade, governança e melhoria contínua em proteção de Dados Pessoais, atuamos de forma orientada à formação de evidências documentais.

10 – DO EXERCÍCIO DE DIREITOS, DÚVIDAS SOBRE ESTA POLÍTICA E/OU QUALQUER ASSUNTO RELACIONADO LEI 13.708/2019, A LGPD

10.1 - O nosso Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais está à disposição através do endereço de e-mail lgpd@oplalogistica.com.br.

10.2. Dentre outras atribuições previstas em lei, compete ao Encarregado aceitar reclamações e comunicações, prestar esclarecimentos, adotar providências solicitadas pelos Titulares e orientar os funcionários, colaboradores, parceiros e contratados da Opla a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de Dados Pessoais.

11 - DAS ATUALIZAÇÕES EM NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1 - Sempre que necessário, a nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais será atualizada para demonstrar o cumprimento legal, a governança, bem como, para acompanhar adequações, alterações, inclusões de regência legal e regulatória sobre privacidade e proteção de Dados Pessoais, especialmente, as emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a ANPD, e será publicizada na mesma plataforma. Sendo a mudança de pequenos ajustes nesta Política de Privacidade sem afetar significativamente qualquer Dado Pessoal informado pelo Titular, não será necessária a comunicação ao Titular.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A presente Política, durante a sua vigência, é aplicável em conjunto e de forma indissociável com contratos (de natureza empresarial e/ou trabalhista), termos de uso e outros instrumentos e acordos vigentes, bem como, a legislação aplicável;

12.2 - Para todos os fins e efeitos de direito, caso algum dos termos e condições desta Política seja julgado/considerado inaplicável ou sem efeito – seja por autoridade judicial, administrativa e/ou regulatória - todo o restante continua a vigor, sem a necessidade de medida judicial ou arbitral que declare tal manutenção.

Toda e qualquer controvérsia oriunda dos termos expostos na presente política será solucionada de acordo com a legislação brasileira, sendo competente o foro da Comarca de Paulínia/SP.

Versão 0; Julho de 2022

Com base na/no (s):

- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet;
- Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Medida Provisória 1.124/2022;
- Leis 9.610/98, 9.610/98, 9.278/98 – que dispõem sobre Proteção intelectual, industrial e a concorrência;
- Lei 12.414/2011, Lei Complementar 166/2019, Decreto 9936/2019, Resolução 4737/2019, e Lei 12.965/2014 – que regulamentam as atividades de Tratamento de Dados Pessoais para a proteção do crédito;
- DL 5452/43 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- Decreto 3298/99 e Lei 8213/91 - Que regulamentam a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Orientações ANPD (*disponíveis até 04/07/2022 em <https://www.gov.br/anpd/pt-br>*).

Elaborada por: Freitas e Almeida Advogados Associados

Revisada por:

Versão	Data	Nome	Cargo / Função
0	12.07.2022	Rafael B. Perez	Encarregado
0	18.07.2022	Cristiane Almeida	Consultora

Aprovada por:

Versão	Data	Nome	Cargo / Função
0	20.07.2022	Fernando Piveta	Diretor